

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A

PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2019/001

ESCLARECIMENTO 04

OBJETO: Contratação de empresa seguradora no mercado nacional para emissão de apólice de seguro de responsabilidade civil para os atuais, passados e futuros membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Diretoria Executiva e Empregados do BANDES que tenham poder de representação e/ou poder de decisão (Cargos de Confiança, Pregoeiros, membros de Comissão de Licitação, Procuradores, Leiloeiros) denominado seguro D&O (Directors & Officers), conforme as especificações deste Edital e de seus Anexos.

Pergunta Nº 1

Nos últimos 5 anos, ocorram demandas Judiciais ou Extrajudiciais, inclusive Inquéritos Administrativos, contra os Administradores atuais e / ou contra os Administradores de gestões anteriores? Se sim, favor detalhar:

- Do que se tratam tais processos?
- Quando eles ocorreram?
- Quais os valores gastos de custos de defesa por processo?
- Qual o status atual dos processos?
- Alguma apólice de D&O já foi acionada? Caso positivo, quais os valores pagos de sinistro?

Resposta do BANDES

As informações para análise do risco da empresa estão fornecidas no questionário e Eventos Notificados, no ANEXO VIII do Edital.

Pergunta Nº 2

Há alguma expectativa quanto à ocorrência de demanda judicial ou extrajudicial contra os Administradores, relacionada aos seus Atos de Gestão. Se sim, favor detalhar.

Resposta do BANDES

Não.

Pergunta Nº 3

O Tomador, Organizações, Entidades Externas ou Segurado, são partes investigadas da Operação Lava-jato, ou qualquer investigação feita pela Polícia Federal ou Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União ou Controladoria Geral da União?

Resposta do BANDES

Não.

Pergunta Nº 4

No item 15. Exclussões Permitidas, temos abaixo CLÁUSULA PARTICULAR DE EXCLUSÃO DE ATOS LESIVOS CONTRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA COM REEMBOLSO DOS CUSTOS DE DEFESA, podemos entender que a mesma seja aplicável face ao descrito nas linhas desse item 15.

CLÁUSULA PARTICULAR DE EXCLUSÃO DE ATOS LESIVOS CONTRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA COM REEMBOLSO DOS CUSTOS DE DEFESA

Fica entendido e acordado que a *Seguradora* não terá qualquer responsabilidade por quaisquer *Indenizações Securitárias* relacionadas a *Reclamações* contra a *Parte Segurada* resultante de, com fundamento em ou atribuível a:

(i) Quaisquer Atos Lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, praticado ou alegadamente praticado pela *Parte Segurada*. Por 'Atos Lesivos contra a Administração Pública' entende-se todas as circunstâncias que se enquadrem em leis, normas ou resoluções vigentes que disponham sobre o tema, incluindo mas não limitadas àquelas descritas na Lei nº 12.846 (Lei Anticorrupção), ainda que tais leis, normas ou resoluções não tenham sido aplicadas no caso em questão.

(ii) pagamentos, comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores para ou em benefício de qualquer agente, representante ou empregado de Órgão Governamental, de Forças Armadas, ou de Empresa com participação do Governo, nacional ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade à qual estejam afiliados, ou

(iii) pagamentos, comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores para ou em benefício de quaisquer conselheiros, diretores, agentes, sócios, representantes, acionista principal, proprietários, empregados, ou afiliados de qualquer cliente da Empresa ou seus membros de família ou qualquer entidade com a qual são associados; ou

(iv) doações políticas, sejam elas no Brasil ou no exterior;

(v) atos ilícitos previstos nas Leis 8.666/1993 (Lei de Licitações); Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa); Lei 12.529 (Lei de Defesa da Concorrência) ou Lei 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro);

Fica estabelecido entretando, que no caso de uma decisão judicial final transitada em julgado ou decisão administrativa irrecorrível que afaste a responsabilidade da *Parte Segurada* pelos alegados *Atos Danosos* mencionados nos itens (i), (ii), (iii), (iv) e (v) acima, essa exclusão não se aplica.

Fica estabelecido que para as hipóteses previstas nesta Cláusula Particular não será aplicado o estabelecido –no parágrafo que trata de Adiantamento de *Custos de Defesa* na Cobertura Adicional respectiva, sendo que os *Custos de Defesa* somente serão reembolsados ao final decisão judicial final transitada em julgado ou decisão administrativa irrecorrível que afaste a responsabilidade da *Parte Segurada*, desde que as *Reclamações* sejam feitas durante o *Período de Vigência*, *Prazo Complementar* ou *Prazo Suplementar* (quando cabíveis), conforme estabelecido nas condições gerais da *Apólice*.

Resposta do BANDES

As condições dispostas nesse item poderão ser consideradas como exclusões da apólice de seguro.

Vitória, 13 de fevereiro de 2019.

Andressa Maria Gujansky Santana dos Santos
Pregoeira - BANDES